



Unidade Curricular: **9242213 –  
Direito Penal e das Contraordenações**

Ano 2

Semestre 3

Área CNAEF: 380

ECTS: 6,0

Tipo de Unidade Curricular: Obrigatória

Modo de Ensino: Presencial

Língua de Trabalho: Português

DOCENTE RESPONSÁVEL: Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares

**TEMPO DE TRABALHO DO ESTUDANTE EM HORAS**

| HORAS<br>TOTAIS | Horas de Contacto        |                                       |   |                              |                  |                |                                |              | Horas de<br>Trabalho<br>Autónomo |
|-----------------|--------------------------|---------------------------------------|---|------------------------------|------------------|----------------|--------------------------------|--------------|----------------------------------|
|                 | Ensino<br>teórico<br>(T) | Ensino<br>teórico-<br>prático<br>(TP) | Ensino<br>prático e<br>laboratorial<br>(PL) | Trabalho<br>de campo<br>(TC) | Seminário<br>(S) | Estágio<br>(E) | Orientação<br>tutorial<br>(OT) | Outra<br>(O) |                                  |
| 150             |                          | 45                                    | 30  |                              |                  |                |                                |              | 75                               |

Pré-requisitos (se aplicável):

**OBJETIVOS EDUCACIONAIS / RESULTADOS DE APRENDIZAGEM**

No final da UC o discente deve dominar as seguintes competências:

1. Compreender os princípios norteadores do Direito Criminal e Contraordenacional de matriz constitucional e ordinária
2. Dominar os conceitos fundamentais de Direito Penal, Processual Penal e Contraordenacional
3. Compreender a sistematização e a relação subsidiária do CP, CPP e RGCO
4. Conseguir tipificar e identificar a natureza e o titular do direito de queixa de um tipo legal de crime
5. Dominar os elementos básicos sobre os seguintes universos: sujeitos processuais, meios de prova, meios de obtenção de prova, medidas de coação e as fases do processo penal
6. Saber distinguir o RGCO, enquanto regime sancionatório do estipulado no Direito Penal, bem como as diferenças a nível processual sem esquecer que estes são regimes subsidiários.
7. Dominar a tramitação contraordenacional, em particular os aspetos substantivos e formais da reclamação e da impugnação.

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

1. Os Princípios Constitucionais e Legais do Direito Penal, Processual Penal e Contraordenacional
2. O conceito de crime, dolo, negligência, autoria, cumplicidade e causas de exclusão da ilicitude
3. As consequências jurídicas do crime: as penas, medidas de segurança e cúmulo jurídico
4. O Direito Penal Especial: o catálogo de tipos legais de crime
5. Os sujeitos processuais, posição processual, direitos e deveres
6. Meios de prova e meios de obtenção de prova
7. As medidas de coação e de garantia patrimonial
8. As formas e fases do processo penal
9. Âmbito, princípios e vigência das contraordenações
10. A estrutura do RGCO e a competência das autoridades administrativas para a aplicação da coima
12. As fases do processo de contraordenação: reclamação e impugnação da coima

## **DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS COM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM**

1. Os Princípios Constitucionais e Legais do Direito Penal, Processual Penal e Contraordenacional - objetivo 1
2. O conceito de crime, dolo, negligência, autoria, cumplicidade e causas de exclusão da ilicitude - objetivo 2
3. As consequências jurídicas do crime: as penas, medidas de segurança e cúmulo jurídico - objetivos 2, 4
4. O Direito Penal Especial: o catálogo de tipos legais de crime - objetivos 3, 4
5. Os sujeitos processuais, posição processual, direitos e deveres - objetivos 2, 4, 5
6. Meios de prova e meios de obtenção de prova - objetivo 5
7. As medidas de coação e de garantia patrimonial - objetivo 5
8. As formas e fases do processo penal - objetivo 5
9. Âmbito, princípios e vigência das contraordenações - objetivos 1, 2, 6, 7
10. A estrutura do RGCO - objetivos 3, 6
11. A competência das autoridades administrativas para a aplicação da coima - objetivo 6
12. As fases do processo de contraordenação: reclamação e impugnação da coima - objetivos 6 e 7

## **MÉTODOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

- Exposição (com recurso a meios: orais, escritos e com projeção multimédia).
- Apresentação e discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos
- Simulação de atividades

## **DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DAS APRENDIZAGENS\***

- Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projeção multimédia) - objetivo 1 a 6.
- Apresentação e discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos - objetivo 4 a 6.
- Simulação de atividades - objetivo 4 e 6.

## **MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Existem três épocas de avaliação distintas: (i) Avaliação Contínua; (ii) Avaliação por Exame Final; e (iii) Época de Recurso.

- 1) Avaliação contínua: através da realização de um teste, um trabalho e de uma prova oral, com os requisitos e ponderações constantes do Guia de Funcionamento. Da soma destes elementos de avaliação resultará uma nota que é suscetível de recurso ou de melhoria em época de recurso. A nota da prova oral é eliminatória.
- 2) Avaliação final: através da realização de uma prova escrita ( Caso Prático) e de um exame oral. A realização desta prova escrita e exame oral não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua. A nota obtida nesta fase é suscetível de recurso ou de melhoria em Época de Recurso. A nota da prova oral é eliminatória.
- 3) Época de Recurso: através da realização de um exame oral que conta 100% da nota. A realização deste exame não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua.

## **BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL**

DIAS, Augusto Silva (2018), Direito das Contraordenações, Coimbra: Almedina

MENDES, Paulo Sousa (2018), Lições de Direito Processual Penal, Coimbra: Almedina

PALMA, Maria Fernanda (2020), Direito Penal - Parte Geral. A teoria geral da infração como teoria da decisão penal, 5.ª edição, Lisboa: AAFDL Editora

POIARES, Nuno (2020), "O crime de violência doméstica: ato reiterado ou não, eis a questão", Revista Eletrónica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, volume 15, n.º 1, e42646, ISSN 1981-3694

POIARES, Nuno e DIAS, Eurico (2019). "Igreja Católica e Direito Criminal: uma abordagem sociológica ao Código Penal Português (1886)", Rever - Revista de Estudos da Religião, pp. 311-329, v. 19, n.º 3, UCP e PUC São Paulo

POIARES, Nuno (2018), As profissões (para)jurídicas em Portugal, 2.ª edição, Porto: Fronteira do Caos Editores

Ano letivo de entrada em vigor: 2021/2022 | Data de aprovação em Conselho Técnico-Científico: 2015-09-01